



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
 Gabinete do Prefeito



AFIXADO NO MURAL
 DA PREFEITURA
 EM 20/07/10

AFIXADO NO MURAL DA CÂMARA
 MUNICIPAL DE RIO BANANAL - ES
 DATA 20/07/2010
 Assinatura do Responsável

LEI Nº 1035, DE 20 DE JULHO DE 2010

Arca Paula Lazaro
 Encarregada Portaria 023/09

“Estabelece as Diretrizes Orçamentárias com vistas à elaboração do orçamento do município de Rio Bananal, para o exercício de 2011 e dá outras providências”

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BANANAL ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei

Art 1º A Lei Orçamentaria Anual do Município de Rio Bananal para o exercício de 2011 sera elaborada e executada de forma compatível com o Plano Plurianual deste Município para o quadriênio 2010 – 2013 em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar 101/2000 de 04 de maio de 2000 e segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, que compreende

- I** - as prioridades e metas da administração pública municipal,
- II** - a organização e estrutura dos orçamentos,
- III** - as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município e suas alterações,
- IV** - as diretrizes para execução da lei orçamentaria anual,
- V** - as disposições sobre alterações na legislação tributaria do Município,
- VI** - as disposições relativas as despesas com pessoal e encargos sociais,
- VII** - as disposições finais

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art 2º A elaboração da proposta orçamentaria para o exercício financeiro de 2011, abrangerá os poderes Legislativo e Executivo e sua execução obedecerá as diretrizes gerais constantes nesta lei, sem prejuizo das normas financeiras estabelecidas na legislação federal

Art 3º A programação contida na lei orçamentaria para o exercício de 2011 devera ser compatível com as diretrizes, objetivos e metas que estão estabelecidas no plano plurianual para o quadriênio 2010 – 2013, a saber

- I** - atender as necessidades basicas da area rural, com saneamento, habitação e eletrificação, visando evitar o êxodo no campo, podendo para tanto entrar em parceria ou convênio com os Governos Estadual e Federal e entidades privadas sem fins lucrativos e que atue especificamente nesta area,

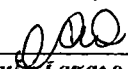
[Signature]

[Signature]



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito

AFIXADO NO MURAL
DA PREFEITURA
EM 20 / 07 / 2010


Ana Paula Lázaro
Encarregada Portaria 023/09

II - promover a regularização fundiária nas áreas urbanas, de loteamento e/ou edificações, para efeito de obtenção de título para registro, para o proprietário, posseiro e quem tem direito a usucapião,

III - melhoria da qualidade de vida da população e amparo a criança e ao adolescente,

IV - dar continuidade a desburocratização e a informatização da administração municipal, facilitando o acesso do cidadão e do contribuinte as informações de seu interesse, bem como disponibilização de informações financeiras e fiscais, conforme dispõe a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009,

V - atuar em parceria com a sociedade organizada, a iniciativa privada e os Governos Estadual e Federal, no combate a pobreza, ao desemprego e a fome,

VI - aperfeiçoamento e qualificação de recursos humanos e valorização do servidor público,

VII - garantia de benefícios previdenciários e da seguridade social,

VIII - assegurar a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB,

IX - terceirização de obras e serviços públicos,

X - apoiar ações que visem a melhoria do sistema de segurança com o objetivo de não permitir a escalada da violência no Município, inclusive com contribuição para o Conselho Interativo de Segurança de Rio Bananal - CISERB,

XI - apoiar e diversificar o setor agropecuario visando a melhoria da produtividade e qualidade do setor, incentivando o agro-negocio familiar, inclusive contribuindo para a manutenção do Escritório local do INCAPER e outras entidades que atendam aos requisitos da Lei para recebimento de contribuições financeiras,

XII - aquisição de veículos, bens moveis e imoveis e equipamentos diversos, para os Poderes Executivo, inclusive autarquias (SAAE) e fundos (IPSMRB) e Legislativo,

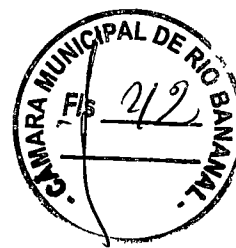
XIII - melhorar as condições viarias do Município,

XIV - apoiar, estimular e divulgar a promoção esportiva, inclusive com contribuição financeira em favor do Rio Bananal Futebol Clube e de outras agremiações esportivas, desde que cumpram as exigências legais para recebimento de contribuições financeiras,

XV - apoiar, estimular e divulgar a promoção cultural, inclusive contribuindo financeiramente com entidades promotoras, desde que atendam aos requisitos da Lei para recebimento de contribuição,



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



[Handwritten signature]

XVI - exercer a fiscalização ostensiva dos agentes poluentes, protegendo os recursos naturais, renováveis e não-renováveis,

XVII - melhorar o atendimento das necessidades básicas na área de habitação popular, visando minimizar os problemas técnicos em habitação com a adoção das normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, e reduzir o déficit habitacional do Município em parceria com os Governos Federal e Estadual,

XVIII - promover melhorias de atendimento das necessidades básicas na área de assistência social geral, subvencionando as entidades de ensino especial, de amparo a velhice, de amparo ao portador de deficiência, de amparo as crianças de zero a seis anos de idade em consonância com as Diretrizes da Educação Básica e da Lei Orgânica de Assistência Social,

XIX - apoiar a implantação de projetos que objetivem o desenvolvimento do turismo e agro turismo no Município,

XX - promover o desenvolvimento e o crescimento econômico, visando aumentar a participação do Município na economia do Estado e geração de empregos e renda,

XXI - desenvolver ações de combate ao analfabetismo, de cunho socio-educativas, visando a construção da cidadania, articulando para isto as instituições que compõem a estrutura social,

XXII - articulação com órgãos federais, estaduais e municipais, entidades privadas e instituições financeiras nacionais e internacionais com vista a captação de recursos para a realização de programas e projetos que promovam o desenvolvimento administrativo, econômico social, educacional e cultural no território do Município,

XXIII - ampliar, adequar e modernizar a infra-estrutura do Município as exigências do crescimento econômico e do desenvolvimento social,

XXIV - manutenção das ações da Câmara Municipal, com o objetivo de modernizar os serviços legislativos e melhorar as condições de trabalho e a eficiência no atendimento ao público,

XXV - manutenção das ações do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, com o objetivo de modernizar os serviços de saneamento básico e melhorar as condições de trabalho e a eficiência no atendimento ao público,

XXVI - manutenção das ações do Instituto de Previdência do Município, com o objetivo de modernizar os serviços e melhorar as condições de trabalho e a eficiência no atendimento ao público,

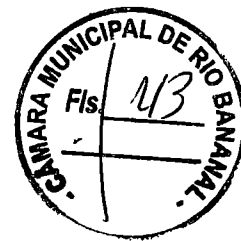
XXVII - expandir o sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, sistema de captação de águas pluviais, com drenagem e construção de galerias e coleta e

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



[Handwritten signature]

tratamento de lixo, inclusive em parcerias com outros municípios em virtude de projeto elaborado pelo Governo do Estado denominado “Espírito Santo Sem Lixão”,

XXVIII - ampliação da capacidade instalada de atendimento ambulatorial e hospitalar, promovendo e ampliando os serviços de prevenção, proteção e recuperação da saúde da população,

XXIX – efetivar a implantação e se necessário adequar o Plano Diretor Participativo do Município - PDPM,

XXX - promover ações que visem o crescimento econômico no meio rural e urbano, por meio de fundos de aval,

XXXI - melhoria e expansão de áreas de proteção ambiental no Município,

XXXII - investir na urbanização dos bairros e distritos melhorando os serviços de utilidade pública,

XXXIII - manutenção das ações da educação básica quanto a pré-escola e implantação de creches,

XXXIV - apoiar ações que visem conscientizar os problemas das drogas, inclusive com subvenções e contribuições, com o objetivo de reduzir o nível de dependentes no âmbito municipal,

XXXV – melhorar, ampliar e modernizar o sistema de arrecadação municipal,

XXXVI - expandir e qualificar a oferta de serviços e ações na área de saúde e promover investimentos na área de assistência médica, sanitária, vigilância epidemiológica e ambiental, programas de saúde materno-infantil, programa de saúde integral da mulher, saúde mental, carências nutricionais, programa de saúde da família – PSF/PACS, serviços de diagnóstico e terapia, serviço de transporte de pacientes referenciados para média e alta complexidade, planejamento, capacitação e ações em auditoria e assistência farmacêutica básica,

XXXVII - melhorar o ensino público municipal por meio do aumento de vagas, da recuperação das instalações físicas, da capacitação dos recursos humanos e da renovação instrumental de sua rede escolar,

XXXVIII – ampliar e modernizar o sistema de iluminação pública, inclusive com extensão de rede e substituição de luminárias e lâmpadas,

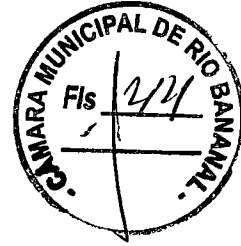
XXXIX - apoiar o ensino básico no Município quanto ao 2º grau, em parceria com o Governo do Estado,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



XL - melhorar e aumentar a infra-estrutura dos terreiros de café no Município com o emprego de novas técnicas e metodologias e uso de materiais alternativos de baixo custo,

XLI - adquirir máquinas agrícolas visando a melhoria da infra-estrutura produtiva do setor primário e a qualidade de vida do trabalhador rural,

XLII - apoiar ações e promover a gestão compartilhada na educação dos portadores de necessidades especiais, motivando o desenvolvimento de potencialidades das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais,

XLIII - promover a defesa e a preservação do meio ambiente e recuperar áreas públicas degradadas e de risco,

XLIV - realização de Concurso Público e aperfeiçoamento dos Planos de Cargos e Salários dos Servidores,

XLV - celebrar convênios com Associações e Entidades Filantrópicas no âmbito municipal,

XLVI - fazer parte de consórcios intermunicipais que visem a melhoria e expansão da qualidade dos serviços públicos oferecidos aos munícipes, inclusive contribuindo financeiramente

Art 4º O anexo I desta Lei estabelece as metas fiscais, em cumprimento a Lei Complementar 101/2000, art 4º §§ 1º e 2º

Art 5º Observadas as prioridades definidas no artigo anterior, as metas programáticas correspondentes, terão precedência na alocação dos recursos orçamentários de 2011, não se constituindo, todavia, em limite a programação da despesa

CAPÍTULO II

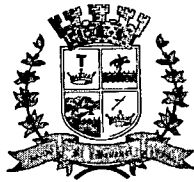
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art 6º Na proposta orçamentária a forma de apresentação da receita deverá obedecer a classificação da Portaria Interministerial 211, de 29 de abril de 2002, alterada pela Portaria 300, de 27 de junho de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda do Governo Federal, e da Resolução 174/2002, atualizada pelas Resoluções 178 e 181/2002 e 190/2003 e posteriores do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e contera

I - texto de lei,

II - consolidação dos quadros orçamentários,

III - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e despesa na forma definida nesta lei,



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



[Handwritten signature]

IV - discriminação da legislação da receita e despesa, referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social

Parágrafo único Integrarão a consolidação dos quadros orçamentarios a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no artigo 22, inciso III, da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos

I - da evolução da receita do tesouro municipal, segundo categorias econômicas e seus desdobramento em fonte, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o artigo 156 da Constituição Federal,

II - da evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e elementos de despesa,

III - do resumo das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, por categoria econômica e origem de recursos,

IV - do resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social,

V - da receita e da despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I, da Lei nº 4 320, de 1964, e suas alterações,

VI - das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social de acordo com a classificação constante do Anexo I, da Lei nº 4 320, de 1964, e suas alterações,

VII - das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, segundo poder e órgão, por elemento de despesas e fonte de recursos,

VIII - das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, segundo a função e subfunção, programa e elemento de despesa,

IX - dos recursos do tesouro municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e da seguridade social, por órgão,

X - da programação, referente a manutenção e ao desenvolvimento do ensino nos termos do artigo 212, da Constituição, ao nível de órgão, detalhando fontes e valores por categorias de programação,

XI - da programação, referente a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB,

XII - da programação, referente a aplicação de recursos para financiamento das ações de saúde nos termos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabmete do Prefeito



[Handwritten signature]

Art 7º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos poderes municipais, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como, das empresas públicas e sociedades de economia mista

Art 8º Para efeito do disposto no artigo 4º desta lei, o Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentaria para o exercício de 2011, 30 (trinta) dias antes do prazo final que o Poder executivo dispõe para encaminhamento a Câmara Municipal do orçamento Geral do Município, para fins de análise e consolidação, e será elaborado obedecendo a classificação da Portaria Interministerial 211, de 29 de abril de 2002, alterada pela Portaria 300, de 27 de junho de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda do Governo Federal, e da Resolução 174/2002, atualizada pelas Resoluções 178 e 181/2002 e 190/2003 e alterações posteriores do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Parágrafo único Para efeito da nova redação do artigo 29-A da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009, será de até 7% (sete por cento) da Receita Tributária e de Transferências Constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício anterior, o total da despesa do Poder Legislativo

Art 9º Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentaria, segundo a classificação funcional programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando, para cada uma, o elemento a que se refere a despesa

§ 1º As categorias de programação de que trata o caput deste artigo serão identificados por projetos ou atividades

§ 2º As modificações propostas nos termos do artigo 166, § 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos orçamentários da proposta original

Art. 10 Os projetos de leis de abertura de créditos adicionais especiais e suplementares serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para a lei de orçamento anual

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art 11 As diretrizes gerais para elaboração do orçamento anual do Município têm por objetivo que seja elaborado e executado visando garantir o equilíbrio entre receita e despesa de conformidade com o inciso I, alínea "a", do artigo 4º, da Lei Complementar nº 101

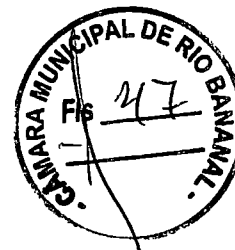
I - as receitas e despesas e o programa de trabalho deverão obedecer a classificação constante do Anexo I, da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964, e de suas alterações,

[Handwritten signature]
Av. 14 de Setembro, 887, Centro Rio Bananal/ES CEP 29920 000 Tel (27) 3265-2900

[Handwritten signature]



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



II - as receitas e despesas serão orçadas a preços de junho de 2010 e poderão ter seus valores corrigidos na lei orçamentaria anual, pela variação de preços ocorrida no período compreendido entre os meses de junho a novembro de 2010, medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getulio Vargas - IGPM-FGV, e os projetados para dezembro do mesmo ano, ou por outro índice oficial que vier substituí-lo

Parágrafo único A reestimativa da receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão da ordem técnica e legal

Art 12 Na programação da despesa serão observadas restrições no sentido de que

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos,

II - não poderão ser incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvadas os casos de calamidade pública conforme disposto no § 3º, do artigo 119, da Lei Orgânica Municipal,

III - o Município poderá contribuir para custeio de despesa de competência de outros entes de federação, quando atendido o artigo 62, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Art 13 A programação dos investimentos para o exercício de 2011, não inclua projetos novos em detrimento de outros em execução, ressalvados aqueles custeados com recursos de convênio específico

Art 14 As dotações nominalmente identificadas na lei orçamentaria anual da União e do Estado poderão constituir fontes de recursos para inclusão de projetos na lei orçamentaria anual do Município

Art 15 É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos, para pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação

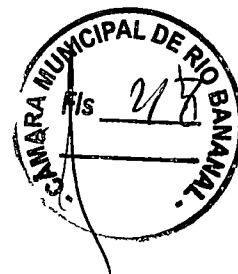
Art 16 Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com

I - pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública municipal, por serviço de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmadas com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, pelo órgão ou por entidade a que pertencer o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado

Art. 17 Acompanhará a lei orçamentaria anual, além dos demonstrativos previstos no artigo 2º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964, a demonstração dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



cumprimento da aplicação de vinte e cinco por cento, das receitas provenientes de impostos, previstas no artigo 212 da Constituição Federal, e que trata a Emenda Constitucional nº 29 para aplicação para financiamento nas ações e serviços públicos de saúde

Art 18 A dotação consignada para reserva de contingência será fixada em valor equivalente a 05 (cinco) por cento, no máximo, da receita corrente líquida, definida no artigo 20 desta lei

Art 19 O recurso de que trata o artigo anterior destinar-se-a

I – a suplementação de dotações orçamentárias,

II – a abertura de créditos adicionais,

III – ao atendimento de passivos contingentes, se houver,

IV – ao atendimento de outros eventos fiscais imprevistos

Art 20 Considerando o parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, fica entendido como receita corrente líquida a definição estabelecida no artigo 2º, inciso IV, da citada lei

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art 21 Ficam as seguintes despesas sujeitas a limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas nos artigos 9º e 31, inciso II, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

I - despesas com obras e instalações, aquisição de imóveis e compra de equipamentos e material permanente,

II - despesas de custeio não relacionado aos projetos prioritários

Parágrafo único Não serão passíveis de limitação as despesas concernentes a ações nas áreas de educação e saúde

Art 22 Fica excluída da proibição prevista no artigo 22, parágrafo único, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra para pessoal em exercício nas secretarias municipais de saúde e educação

Art 23 A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a revisão geral anual, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a contratação de pessoal, a qualquer título, e alteração na estrutura administrativa, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabmete do Prefeito



I - se houver previa dotação orçamentaria suficiente para atender as projeções de pessoal e aos acréscimos dela decorrente,

II - se observado os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

III - se alterada a legislação vigente

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art 24 Ocorrendo alterações na legislação tributaria, posteriores ao encaminhamento do projeto de lei orçamentaria anual a Câmara Municipal, que impliquem excesso de arrecadação em relação a estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de credito adicional, nos termos da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964, no decorrer do exercício de 2011

§ 1º As alterações na legislação tributaria municipal, dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISSQN, ITBI, taxas de limpeza publica, iluminação publica e contribuição de melhoria, deverão constituir objeto de lei a serem enviados a Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de investimento do Município

§ 2º Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributarios para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão obedecer aos seguintes requisitos

I - atendimento do artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

II - demonstrativo dos beneficios de natureza econômica ou social

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art 25 As despesas totais com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo no exercício de 2011 observarão o estabelecido no artigo 20, inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 26 O projeto de lei orçamentaria anual sera devolvido para sanção ate o encerramento do ano legislativo



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



Parágrafo único Na hipótese de o projeto de que trata este artigo não ser devolvido para sanção até o encerramento do ano legislativo, a Câmara ficará automaticamente convocada com fins específicos de votação do projeto de lei orçamentaria do orçamento anual

Art 27 Não havendo a sanção da lei orçamentaria anual até o dia 31 de dezembro de 2010, fica autorizada sua execução nos valores originalmente previstos no projeto de lei proposto, na razão de um doze avos, para cada mês até que ocorra a sanção

§ 1º Os valores da receita e despesa que constarem do projeto de lei orçamentaria para o exercício de 2011, poderão ser atualizado de conformidade com o que estabelece o artigo 11, inciso II, desta lei

§ 2º Considerar-se-a antecipação de crédito a conta de lei orçamentaria a utilização dos recursos autorizados neste artigo

§ 3º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentado em sua totalidade, as dotações para atender despesas com

I - pessoal e encargos sociais,

II - serviço da dívida,

III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social,

IV - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operação de crédito ou de transferências da União e do Estado,

V - categoria de programação cujos recursos correspondam a contrapartida do Município em relação aqueles recursos previstos no inciso anterior

Art 28 O Poder Executivo publicará no prazo de trinta dias após a publicação da lei orçamentaria anual, o quadro de detalhamento da despesa (QDD), discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentaria e respectivos projetos e atividades

Art 29 Em atendimento a legislação vigente, a elaboração do orçamento deverá ter a participação popular

Art 30 Em atendimento ao artigo 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica definido como despesas irrelevantes, os valores considerados como dispensas de licitação previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal 8 666/93, e alterações posteriores

Art 31 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



Registre-se, publique-se e cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Bananal, aos vinte (20) dias do mês de julho (07)
do ano de dois mil e dez (2010)

FELISMINO ARBIZZON

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO, NESTA SECRETARIA DATA SUPRA

JOSEMAR LUZ BARONE

Secretario Municipal de Administração



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
 Gabinete do Prefeito



LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

EXERCÍCIO DE 2011

ANEXO I

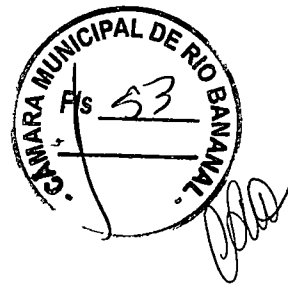
METAS FISCAIS

(Art 4º, § 1º, LC 101/2000)

ANEXO I-A – LDO 2011				
METAS FISCAIS – DEMONSTRATIVO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Art 4º § 1º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 - LRF – R\$ 1 000				
Descrição	2006	2007	2008	2009
1 – Receita Orçamentária	22 512	26 998	33 439	35 523
1 1 – Receita Fiscal Total	21 414	25 857	31 877	33 956
2 - Despesa Total	20 795	22 945	31 554	31 789
2 1 - Despesa Fiscal Total	20 032	22 945	31 554	31 789
3 – Resultado Primário	1 382	2 912	323	2 167
4 – Saldo Financeiro Disponível	9 948	13 736	16 677	21 033
5 – Estoque da Dívida Consolidada	6 323	4 335	3 914	5 542
6 – Resultado	3 625	9 401	12 763	15 491
7 – Resultado Nominal	- 35	- 362	- 420	-1 628
Fonte Prestação de Contas Anual				
ANEXO I-B – LDO 2011				
METAS FISCAIS – PROJEÇÃO DO EXERCÍCIO ATUAL E FUTUROS				
Art 4º § 1º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 - LRF – R\$ 1 000				
Descrição	2010	2011	2012	2013
1 – Receita Orçamentária	39 200	39 575	43 517	45 706
1 1 – Receita Fiscal Total	37 490	37 694	41 447	42 568
2 - Despesa Total	39 200	39 575	43 517	45 706
2 1 - Despesa Fiscal Total	39 200	39 575	43 517	45 706
3 – Resultado Primário	-1 710	-1 881	-2 069	- 3 138
4 – Resultado Nominal	- 492	- 564	- 640	- 1 069
5 – Estoque da Dívida Consolidada	2 996	2 432	1 792	4 492



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



ANEXO ÀS METAS FISCAIS

(Art 4º § 2º I, da Lei Complementar 101/2000)

I - Avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior

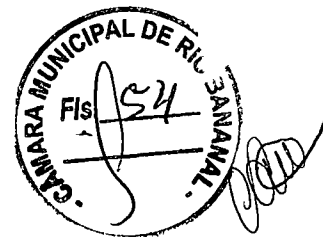
Em atendimento ao disposto na Lei Complementar 101/2000, abaixo demonstramos a avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2009, por meio dos instrumentos que seguem

A Lei Orçamentaria de 2009 (Lei 966/2008, de 23 de dezembro de 2008) previu uma receita líquida anual consolidada de R\$ 36 400 000,00

Apos a execução orçamentaria do exercício de 2009, tem-se a receita bruta anual arrecadada de R\$ 35 523 090,53 já deduzidas as retenções em favor do FUNDEB, ou seja, menor que a previsão. No entanto, a queda na arrecadação, fruto da crise econômica mundial, não afetou as finanças do município, pois, com a manutenção da política austera de controle dos gastos públicos, a despesa também ficou menor que a previsão, sendo de R\$ 31 789 675,08, gerando um *superavit* orçamentario de R\$ 3 733 415,45. A receita fiscal líquida totalizou R\$ 33 955 796,37 contra uma despesa fiscal líquida de R\$ 31 789 675,08, deflagrando um resultado primario na ordem de R\$ 2 166 121,29, ou seja, enquanto no final do exercício de 2004 o município possuía de saldo (em milhares de reais) R\$ 0,571, no final do exercício de 2009, o município apresentou um saldo financeiro de R\$ 21 033 (em milhares de reais), deduzido o valor das dívidas fundadas e fluante que representam de R\$ 5 542, o resultado acumulado é extremamente positivo, sendo de R\$ 15 491 (em milhares de reais). No que se refere ao resultado nominal, o mesmo apresentou uma flutuação negativa em virtude da atualização financeira procedida pelo INSS no que se refere ao parcelamento de débitos de administrações anteriores, dessa forma, o resultado nominal foi negativo em R\$ 1 628 033 (em milhares de reais), ou seja, houve um crescimento real da dívida fundada existente entre 31/12/2008 e 31/12/2009



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



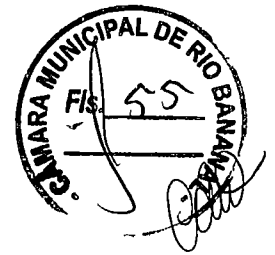
II – Memória e Metodologia de Cálculos (Art 4º, §2º II, da Lei Complementar 101/2000)

Para o exercício de 2010, de acordo com a Lei nº 1 016/2009, de 29/12/2009, (art 1º) o orçamento fiscal do Município de Rio Bananal estima a receita e fixa a despesa em R\$ 39 200 000,00 já deduzidas as retenções do FUNDEB

Eis o quadro da receita municipal descrito no art 2º da Lei orçamentaria para o exercício de 2010

DESDOBRAMENTO	VALOR (R\$)
1 – RECEITAS CORRENTES	36 516 000,00
1 1 - Receita Tributária	1 062 000 00
1 2 – Receita de Contribuições	1 090 000,00
1 2 - Receita Patrimonial	1 710 000 00
1 3 - Receitas de Serviços	881 463,00
1 4 – Transferências Correntes	31 494 000 00
1 5 - Outras Receitas Correntes	278 537,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	5 324 000,00
2 1 – Operações de Crédito	0 00
2 2 - Alienação de Bens	100 000 00
2 3 – Transferências de Capital	5 214 000 00
2 4 – Outras Receitas de Capital	10 000,00
3-OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1 460 000,00
TOTAL	43 300 000,00
3 – DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	- 4 100 000,00
TOTAL GERAL	39 200 000,00

Importante ressaltar que as metas fiscais estabelecidas na LDO para o exercício de 2010 foram previstas diante de um cenário misto, ou seja, o fim da crise econômica mundial iniciada em 2009 e o reinício do crescimento econômico previsto para o início de 2010. Isto exigiu da administração municipal um equilíbrio na hora de projetar as metas fiscais, sendo que as mesmas não poderiam ser tão sombrias quanto as de 2009 (quando o país passou por uma retração econômica, logo influenciando de forma negativa na arrecadação municipal), mas, também não poderiam ser muito ousadas, uma vez que a expectativa para o exercício de 2010 e que a economia voltasse a apresentar sinais de aquecimento somente no segundo trimestre do exercício, o que, todavia, foi antecipado, haja visto o crescimento do PIB do



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabmete do Prefeito

primeiro trimestre de 2010 que foi da ordem de 9% (nove por cento) Porém, independente da situação econômica, a administração continua empenhada em não permitir que a gestão fiscal seja comprometida

Pelos fatos expostos, para 2010, estão sendo previstas as seguintes metas fiscais

Receita Orçamentaria Líquida R\$ 39 200 000,00, Receita Fiscal Total R\$ 37 49 000,00, Despesa Orçamentaria R\$ 39 200 000,00, Despesa Fiscal Total R\$ 39 200 000,00, Resultado Primário R\$ - 1 710 000,00, Resultado Nominal R\$ - 492 000,00, e Estoque da Dívida Consolidada R\$ 2 996 000,00 As metas pretendidas são perfeitamente realizáveis

As receitas vinculadas, inclusive aquelas decorrentes de transferências voluntárias da União e do Estado não se aplicaram as taxas de incremento calculadas nesta peça Poderão ser realizadas ou não, cabendo a Administração os ajustes que se fizerem necessários durante a execução orçamentaria

As despesas da Administração Direta serão fixadas de acordo com a execução da receita pública em cada exercício, almejando alcançar o equilíbrio orçamentario e financeiro, recuperando a capacidade de investimento

III – Evolução do Patrimônio Líquido

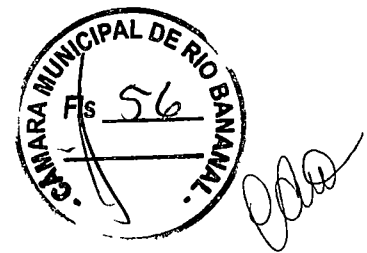
(Art 4º, § 2º, III, da Lei Complementar 101/2000)

No decorrer dos exercícios de 2006 a 2009 a evolução do patrimônio líquido apresenta o seguinte crescimento

ANEXO III DE METAS FISCAIS				
Art 4º § 2º, inciso III da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 – LRF				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO MUNICÍPIO DE RIO BANANAL				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2006	2007	2008	2009
	R\$	R\$	R\$	R\$
Patrimônio Líquido	10 025 105,59	13 480 179,07	21 689 811,11	27 337 988,99
Reserva				
Resultado Acumulado	3 477 072,83	8 209 632,04	5 648 177,88	6 882 494,29
Total	13 502 178,42	21 689 811,11	27 337 988,99	34 220 483,28



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL
Gabinete do Prefeito



IV – Avaliação da Situação Financeira Atuarial
(art 4º, §2º, IV, “a” e “b” da Lei Complementar 101/2000)

Segue em anexo, ultimo estudo da situação financeira atuarial encomendado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Bananal – IPSMRB

V – Aplicação e Origem dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos


DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLIC DE REC OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
DESCRIÇÃO	2007 - R\$	2008 - R\$	2009 - R\$	2007/2009 - R\$
Receitas de Capital	797 048,85	1 693 313,75	2 025 814,02	4 516 176,62
Alienação de Ativos	0,00	114 200,00	11 700,00	125 900,00
Despesas de Capital	3 285 758,39	7 200 031,59	4 654 570,39	15 140 360,37

VI - Anexo de Riscos Fiscais

ANEXO DE RISCOS FISCAIS (art. 4º, § 3º, da Lei Complementar 101/2000)			
DESCRIÇÃO	2010 – R\$	2011 – R\$	2012 – R\$
Riscos Fiscais	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

Em virtude da legislação em vigor não apresentar nenhuma situação que configure risco fiscal futuro, não ha perspectiva de riscos fiscais para os exercicios de 2010 a 2012




FELISMINO ARDIZON
Prefeito Municipal